

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.897 - PB (2018/0243389-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : UNIMED JOÃO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : HERMANO GADÊLHA DE SÁ - PB008463
LEIDSON FLAMARION TORRES MATOS - PB013040
AGRAVADO : CELIA MARIA MIRANDA DE CARVALHO
AGRAVADO : THAIS MIRANDA DE CARVALHO
AGRAVADO : TAMARA MIRANDA DE CARVALHO
ADVOGADOS : GUILHERME FERNANDES DE ALENCAR - PB015467
GERSON DANTAS SOARES E OUTRO(S) - PB017696

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por UNIMED JOÃO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, em face da decisão de fls. 672-674 e-STJ, da lavra da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo (art. 1.042 do CPC/15).

Pois bem.

Trata-se de recurso especial interposto pela ora agravante, com fundamento na alínea “a” do permissivo constitucional, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado (fls. 351-364, e-STJ):

PRELIMINAR SUSCITADA PELA EMPRESA APELANTE.
SOBRESTAMENTO DO PROCESSO ATÉ O JULGAMENTO DEFINITIVO DA ADI 1.931 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
CAUTELAR DEFERIDA PARCIALMENTE NA AÇÃO CONSTITUCIONAL APENAS PARA SUSPENDER A EFICÁCIA DE ALGUNS DISPOSITIVOS CUJOS TEORES NÃO SÃO DEBATIDOS NA PRESENTE DEMANDA.
REJEIÇÃO.

- O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.931, acolheu parcialmente o pleito nela formulado, apenas para suspender a eficácia de alguns dispositivos da Lei 9.656/98, quais sejam, os arts. 10, § 2º (que trata da obrigatoriedade de oferecimento do plano -referência de assistência de saúde aos clientes antigos) e 35- E (relativa ao reajuste de mensalidade dos associados com mais de 60 anos de idade com prévia autorização da Agência Nacional de Saúde, dentre outras medidas), matérias que não dizem respeito a esta ação.
APELAÇÃO CÍVEL DA DEMANDADA E RECURSO ADESIVO DA PARTE PROMOVENTE. PLANO DE SAÚDE.
PACIENTE COM CÂNCER DE PULMÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS. IRRESIGNAÇÕES QUANTO AO RECONHECIMENTO DO DANO MORAL NA ORIGEM E O SEU VALOR. CONTRATO ANTERIOR A VIGÊNCIA DA LEI N. 9.656/1998. NOTIFICAÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DO PLANO APÓS O ADVENTO DO DIPLOMA.

INOCORRÊNCIA. ABRANGÊNCIA PELA CITADA NORMA. NEGATIVA DO PLANO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES. VIOLAÇÃO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. FIXAÇÃO DENTRO DA RAZOABILIDADE. JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO E CORREÇÃO INCIDENTE DO ARBITRAMENTO.

PEDIDO DE PAGAMENTO DAS ASTREINTES ARBITRADAS EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.

DESCUMPRIMENTO PELA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO. FALECIMENTO DO AUTOR NO DECORRER DA LIDE. SUBSTITUIÇÃO PELAS HERDEIRAS. POSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DA MULTA DIÁRIA. READEQUAÇÃO DO QUANTUM, NA HIPÓTESE. DESPROVIMENTO DO APELO E PROVIMENTO PARCIAL DA SÚPLICA ADESIVA.

- A Lei n. 9.656/1998 incide sobre os contratos celebrados anteriormente à sua vigência quando não demonstrada, pela operadora de Plano de Saúde, que foi oportunizada ao consumidor a migração aos novos contornos legais e este se manteve inerte.

- "Os contratos de planos de saúde estão submetidos às normas do Código de Defesa do Consumidor, de modo que devem ser interpretados favoravelmente ao consumidor (...)." (TJMT;

APL 149017/2016; Sorriso; ReV De? Maria Helena Gargaglione Póvoas; DJMT 12/12/2016; Pág. 41) - Em havendo demonstração da irregular negativa do plano de saúde na realização de exames e tratamento que culminaram no agravamento da enfermidade do paciente (câncer de pulmão), o dever de indenizar é medida que se impõe.

- Deve ser mantido o valor fixado a título de danos morais quando o mesmo não se mostra excessivo a ponto de implicar enriquecimento ilícito do beneficiário, tampouco em penalização desmedida àquele contra quem lhe foi imputada.

- Os juros, em casos de responsabilidade contratual, como a hipótese dos autos, incidem sobre o valor da indenização a partir da citação.

- Provado que a Apelante não comprovou o cumprimento da determinação do Juízo, em sede de tutela antecipada, deve ser condenada ao pagamento de astreintes.

- "A astreinte corresponde à multa cominatória, de caráter econômico, que visa garantir a eficácia das decisões judiciais ao compelir o réu ao cumprimento da ordem judicial e deve ser diferenciada dos direitos veiculados na ação de obrigação de fazer, que possuem caráter personalíssimo. Direito incorporável ao patrimônio da autora e, portanto, transmissível aos herdeiros nos limites da herança. (...)." (TJSP; APL 1003320- 82.2014.8.26.0347; Ac. 9677516; Matão; Oitava Câmara de Direito Público; Rel. Des. Ronaldo Andrade; Julg. 01/06/2016;

DJESP 16/08/2016) - Nos termos do art. 461, § 6º, do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época dos fatos, o juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tomou insuficiente ou excessiva.

Nas razões do recurso especial (fls. 366-377, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação seguintes artigos:

(i) 6º da LINDB, na medida em que a aplicação da Lei 9.656/98 à espécie constitui afronta a ato jurídico perfeito e a direito adquirido;

Solicita, ademais, o sobrestamento do processo até o julgamento pelo STF do RE nº 652492, ao qual foi conferida repercussão geral.

As ora recorridas, CÉLIA MARIA MIRANDA DE CARVALHO E OUTRAS, apresentaram contrarrazões às fls. 405-415, e-STJ e recurso especial adesivo às fls. 428-446, e-STJ.

Às fls. 598-600, e-STJ, o recurso especial principal foi admitido, ao passo que o apelo adesivo foi inadmitido por decisão de fls. 601-604, e-STJ.

Irresignadas, as ora recorridas apresentaram agravo (fl. 609-627, e-STJ), com o objetivo de submeter o apelo extremo adesivo a conhecimento desta Corte.

Em juízo monocrático (fls. 672-674 e-STJ), não se conheceu do recurso especial principal, e, como consequência, julgou-se prejudicado o apelo adesivo.

Daí o presente agravo interno (fls. 678-682, e-STJ), no qual a agravante refuta os fundamentos de inadmissão do recurso especial.

Não foi apresentada impugnação (fls. 685 e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

Ante as razões expendidas, reconsidera-se a decisão de fls. 672-674 e-STJ, a fim de negar provimento ao recurso especial oposto por UNIMED JOÃO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e julgar prejudicado o apelo adesivo apresentado por CÉLIA MARIA MIRANDA DE CARVALHO E OUTRAS.

1. Inicialmente, destaca-se que, segundo a jurisprudência desta Corte, o reconhecimento de repercussão geral, por parte do STF, acerca de determinada questão jurídica não obriga o imediato sobrestamento dos processos em curso no STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL. INADIMPLENTO. VENCIMENTO ANTECIPADO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. SOBRESTAMENTO. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ.

1. O reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não impõe o imediato sobrestamento dos processos em andamento no Superior Tribunal de Justiça.

2. O vencimento antecipado da dívida não altera o termo inicial da prescrição, ficando mantida a data estipulada no contrato.

Precedentes.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 586.153/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 03/09/2019)

Nesses termos, desnecessária a suspensão do presente apelo, conforme

pleiteado pela ora recorrente.

2. No que toca à alegada ofensa ao art. 6º da LINDB, melhor razão não assiste à agravante.

Sobre o tema, entende a jurisprudência desta Corte, de modo pacífico, que os princípios do ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada, embora listados no supracitado dispositivo da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, possuem natureza eminentemente constitucional. Assim, eventual violação a tais disposições não permite a interposição de recurso especial. Precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE EM VIA FÉRREA. CÁLCULO REALIZADO POR CONTADOR JUDICIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. OFENSA AO ARTIGO 6º DA LINDB. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A análise de ofensa ao art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil não é cabível em sede de recurso especial, porquanto os princípios ali contidos (ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada) têm natureza eminentemente constitucional.

Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 535.876/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 11/11/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. NÃO ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO DO ART. 6º DA LICC. REPRODUÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. COMPETÊNCIA DO STF. VIOLAÇÃO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL. EXCLUSÃO DO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL AO QUAL FOI DADA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A Corte de origem não examinou a controvérsia à luz dos arts. 6º, caput e § 3º, do Decreto-Lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB); e 1º da Resolução n. 14/1995 do Senado Federal. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento.

2. Não cabe analisar princípios (direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada) contidos na Lei de Introdução do Código Civil, hoje denominada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, por estarem revestidos de carga eminentemente constitucional.

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1474317/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 30/10/2014)

Logo, inviável o acolhimento do apelo extremo em relação à presente questão.

3. Por fim, destaca-se que, inadmitido o recurso especial principal, resta prejudicada a análise do apelo adesivo, na medida em que este segue a sorte daquele. Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL E DE RECURSO ESPECIAL ADESIVO.

AUSÊNCIA DE AGRAVO DO RECURSO ESPECIAL PRINCIPAL. PREJUDICIALIDADE DO ADESIVO. DECISÃO MANTIDA.

1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o recurso adesivo, por sua natureza, segue a sorte do principal, de modo que, inadmitido o recurso principal e inexistindo recurso contra a inadmissão, o recurso especial adesivo fica prejudicado, nos termos do art. 997, § 2º, do CPC/2015.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1511045/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 19/11/2019)

Logo, patente a inadmissibilidade do recurso especial adesivo.

4. Do exposto, **reconsidera-se a decisão de fls. 672-674 e-STJ** e, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao recurso especial oposto por UNIMED JOÃO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e julga-se prejudicado o apelo adesivo apresentado por CÉLIA MARIA MIRANDA DE CARVALHO E OUTRAS.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator